

HABEAS CORPUS Nº 514.948 - SP (2019/0166613-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO SHIMIZU - SP0281123
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALISSON BEZERRA NUNES (PRESO)
PACIENTE : MARIO ALVES DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALISSON BEZERRA NUNES e MARIO ALVES DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2076311-37.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que os pacientes foram presos em flagrante, custódias essas convertidas em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, §§ 2º, II e V e 2º-A, I, do Código Penal, pois, "agindo em concurso entre si e com outros dois indivíduos não identificados, evidenciado pela unidade de desígnios e identidade de propósitos, subtraíram, em proveito de todos, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo contra [...], um veículo HYUNDAI/HR HDB, placas HJC0774-MAIRIPORÃ/SP, cor branca, avaliado em aproximadamente R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), pertencente à Walkiria Pereira de Melo e uma carga de 28 (vinte e oito) pneus 275/80R22.5 LISO avaliada em R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), pertencente à AMBIENTAL PNEUS LTDA – EPP" (e-STJ fl. 44).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a soltura do paciente, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 58):

Habeas Corpus com pedido liminar Roubo qualificado Impetração pleiteando a revogação da prisão preventiva ou sua substituição por cautelares diversas do cárcere Alegação de insuficiência da fundamentação da decisão que converteu a prisão em preventiva, ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar e desproporcionalidade da medida Decisão que decretou a prisão cautelar dos pacientes escoreita, entendendo estarem presentes os pressupostos da prisão preventiva, não se mostrando suficientes as medidas cautelares diversas da prisão Crimes que, por sua natureza, gravidade e violência, demonstram a personalidade deturpada dos pacientes, justificando a prisão cautelar para a garantia da ordem

pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal Eventuais condições favoráveis dos pacientes não garantem direito à liberdade provisória se a manutenção da custódia é recomendada por outros elementos constantes dos autos - Inviabilidade de realizar ilações do suposto desfecho da ação penal nesta estreita via do habeas corpus a ensejar qualquer antecipação do mérito, não se vislumbrando, por ora, qualquer desproporcionalidade na manutenção da segregação dos pacientes - Presentes os pressupostos da prisão preventiva Medidas cautelares diversas da prisão que não se mostram suficientes ao caso Inexistência de constrangimento ilegal - Ordem denegada.

No presente *writ*, sustenta a impetrante inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não foi apontada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando que militam em favor dos pacientes condições pessoais favoráveis, tais como primariedade e bons antecedentes.

Aduz que, "a despeito do crime imputado aos pacientes ser o roubo, é importante consignar que não se verifica em sua conduta o emprego de violência real contra a vítima, o que indica que o crime a eles imputado não tem gravidade concreta exacerbada" (e-STJ fl. 4).

Destaca a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Busca, inclusive liminarmente, sejam revogadas as custódias cautelares dos pacientes, mesmo que mediante a fixação de medidas diversas do cárcere.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, pois, ao que parece, a prisão está justificada na gravidade concreta da conduta.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção

constantes dos autos, sem o que não há como se verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator